

EDUCAÇÃO SOB A LÓGICA DAS PLATAFORMAS E DAS MÉTRICAS: GESTÃO, TRABALHO E AUTONOMIA NA CULTURA DIGITAL

EDUCATION UNDER THE LOGIC OF PLATFORMS AND METRICS: MANAGEMENT, WORK AND AUTONOMY IN DIGITAL CULTURE

Cátia Oliveira Fernandes Peres

Mestranda em Educação, com Especialização em Tecnologia da Educação Digital pela American Global Tech University

Daiane de Lourdes Alves Velho

Doutoranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Charlene Muller da Silva

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Carla Arce de Deus

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Adnilce Lara Araujo

Mestranda em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

Claudiomiro dos Santos Pereira

Mestrando em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/2werbh23>

Aceito em: 26.08.2026

Resumo: Este artigo analisa como a expansão de plataformas digitais, sistemas de informação e métricas de desempenho reconfigura práticas de gestão, formas de trabalho e margens de autonomia no campo educacional brasileiro. O estudo parte de uma revisão bibliográfica qualitativa, de caráter analítico, construída a partir de produções recentes sobre digitalização da gestão escolar e avaliação da produção científica. O corpus central reúne o estudo de Garcia (2025), dedicado às incidências das tecnologias digitais sobre o trabalho de dirigentes escolares, e textos do Boletim CTS em Foco (2026), especialmente as discussões sobre métricas, avaliação da pós-graduação e mudanças no Qualis CAPES. A análise foi organizada em três eixos: plataformização e reorganização do trabalho; métricas, controle e burocratização; e autonomia profissional e institucional diante da cultura digital. Os resultados indicam que a digitalização não pode ser compreendida apenas como modernização técnica. Embora sistemas e plataformas ampliem a capacidade de registro, comunicação e acompanhamento, também podem intensificar tarefas, ampliar mecanismos de controle e converter atividades complexas em indicadores padronizados. No âmbito científico, a centralidade de métricas bibliométricas suscita debate semelhante, pois critérios de visibilidade e desempenho interferem nas escolhas de publicação e na

definição do que passa a ser reconhecido como produção relevante. Conclui-se que a incorporação de tecnologias e métricas exige mediação crítica, formação adequada, transparência e preservação de espaços de decisão pedagógica e acadêmica.

Palavras-chave: plataformas digitais; gestão educacional; trabalho; métricas; autonomia.

Abstract: This article analyzes how the expansion of digital platforms, information systems and performance metrics reshapes management practices, forms of work and margins of autonomy in Brazilian education. The study adopts a qualitative analytical literature review based on recent publications on the digitalization of school management and the evaluation of scientific production. The central corpus includes Garcia (2025), on the impacts of digital technologies on school administrators' work, and texts from CTS em Foco (2026), especially discussions on metrics, graduate education assessment and changes in Qualis CAPES. The analysis was organized into three axes: platformization and work reorganization; metrics, control and bureaucratization; and professional and institutional autonomy in digital culture. The findings indicate that digitalization cannot be understood merely as technical modernization. While systems and platforms may improve recording, communication and monitoring, they can also intensify tasks, expand control mechanisms and convert complex activities into standardized indicators. In the scientific field, the centrality of bibliometric metrics raises a similar debate because visibility and performance criteria influence publication choices and what is recognized as relevant production. The study concludes that the adoption of technologies and metrics requires critical mediation, adequate training, transparency and the preservation of spaces for pedagogical and academic decision-making.

Keywords: digital platforms; educational management; work; metrics; autonomy.

1 Introdução

A presença de tecnologias digitais na educação deixou de se restringir aos recursos utilizados em sala de aula. Sistemas de informação, plataformas de registro, ambientes de acompanhamento, painéis de indicadores e mecanismos digitais de avaliação passaram a integrar rotinas administrativas, pedagógicas e acadêmicas. Essa mudança alcança diferentes níveis do campo educacional: na escola, interfere no modo como dirigentes registram, acompanham e organizam o trabalho; na pós-graduação e na produção científica, as métricas condicionam formas de reconhecimento, circulação e avaliação do conhecimento.

Garcia (2025) demonstra que a digitalização da gestão escolar brasileira se consolidou por meio de sistemas e plataformas presentes nas redes públicas, sendo possível identificar, na literatura examinada pela autora, efeitos associados tanto à facilidade de determinadas tarefas quanto ao despreparo, à extensão da jornada, ao controle e à burocratização. O dado é relevante porque desloca o debate da pergunta sobre a presença da tecnologia para outra questão: que tipo de trabalho educacional se produz quando registros, decisões e acompanhamentos passam a depender de infraestruturas digitais?

Em perspectiva próxima, os Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias chamam atenção para o fato de que instrumentos de avaliação não são meros espelhos da realidade. Neves (2026) sustenta que sistemas avaliativos participam da definição do que conta como conhecimento legítimo e interferem na organização da vida acadêmica. No debate sobre o Qualis CAPES, Neves e Marques (2026) analisam a mudança anunciada para o ciclo avaliativo 2025-2028 e problematizam a crescente importância de indicadores bibliométricos na avaliação dos artigos.

Apesar de incidirem sobre espaços distintos, plataformas de gestão escolar e métricas de avaliação científica compartilham uma característica: transformam processos complexos em dados, registros, classificações e indicadores que podem orientar decisões. Essa capacidade oferece possibilidades concretas de organização, mas também exige cautela, pois aquilo que é mensurável não corresponde necessariamente à totalidade do trabalho pedagógico, da gestão ou da produção do conhecimento.

Diante desse cenário, o objetivo deste artigo é analisar de que modo plataformas digitais e métricas de desempenho reconfiguram o trabalho, o controle e a autonomia no campo educacional. Busca-se discutir as tensões entre eficiência e burocratização, entre acompanhamento e vigilância, e entre padronização e diversidade. A questão orientadora é: em que medida a expansão de plataformas e métricas altera as formas de organizar, avaliar e reconhecer o trabalho educacional?

A relevância do estudo reside na necessidade de superar leituras deterministas. A tecnologia não deve ser tratada como solução automática para problemas de gestão, tampouco como causa isolada de processos de intensificação. Seu significado depende das finalidades institucionais, das formas de implementação, da participação dos profissionais, da governança dos dados e dos critérios que orientam a avaliação. Assim, compreender a cultura digital na educação requer examinar não apenas as ferramentas, mas também as relações de poder, os modos de organização e as decisões que elas materializam.

2 Referencial teórico

2.1 Plataformização e digitalização da gestão educacional

Plataformas digitais e sistemas de informação ocupam lugar crescente na administração educacional. Garcia (2025) diferencia esses recursos ao recuperar a noção de sistema de informação como conjunto organizado de elementos voltados à coleta, ao processamento, ao armazenamento e à circulação de informações, enquanto as plataformas se caracterizam pela infraestrutura que viabiliza interações entre diferentes grupos. A distinção é importante porque evidencia que a digitalização envolve tanto a organização técnica dos dados quanto a arquitetura das relações entre usuários, instituições e controladores.

Oliveira, Carelli e Grillo (2020) definem plataformas digitais como infraestruturas capazes de mediar a interação entre grupos, destacando que essa mediação não é necessariamente horizontal. Chiarini et al. (2023), por sua vez, enfatizam a centralização do controle das redes plataformizadas. Aplicada à educação, essa discussão permite observar que a adoção de uma plataforma não representa somente a troca de um formulário em papel por uma interface digital: ela pode redefinir fluxos, permissões, temporalidades, responsabilidades e possibilidades de acompanhamento.

No levantamento apresentado por Garcia (2025), tecnologias digitais destinadas à gestão aparecem disseminadas nas redes estaduais brasileiras. O estudo registra, por exemplo, o Sistema Integrado de Gestão Educacional de Mato Grosso (Sigeduca), com início indicado em 2005, ao lado de sistemas implementados em diferentes momentos nas demais unidades federativas. A presença prolongada dessas infraestruturas mostra que a digitalização da gestão antecede o ensino remoto emergencial e integra um processo histórico mais amplo de reorganização administrativa.

Essa expansão foi intensificada pela crescente participação de atores privados na oferta de soluções tecnológicas. Adrião e Domiciano (2020) discutem novas formas de privatização da gestão educacional relacionadas às corporações e ao uso de plataformas digitais. Garcia e Adrião (2023) também analisam relações entre controle digital e interesses corporativos na gestão escolar. Tais contribuições indicam que a escolha tecnológica envolve decisões sobre contratos, dados, padrões de funcionamento e modelos de gestão, aspectos que precisam ser considerados quando se avaliam os efeitos das plataformas sobre o cotidiano escolar.

2.2 Trabalho, controle e hiperburocratização

A promessa de simplificação acompanha grande parte dos processos de digitalização. Registros integrados, acesso remoto, produção de relatórios e disponibilidade de dados podem reduzir deslocamentos e facilitar consultas. Entretanto, a incorporação de novas ferramentas não elimina necessariamente procedimentos anteriores. Em determinadas situações, acrescenta etapas, amplia exigências de alimentação dos sistemas e torna o trabalho permanentemente verificável.

Lima (2017) utiliza a expressão “burocracia eletrônica” para caracterizar transformações produzidas pela entrada de plataformas na administração da educação. Posteriormente, o autor desenvolve a noção de hiperburocratização, associando a administração digital à ampliação de mecanismos de racionalização e controle (Lima, 2021). Nessa leitura, o problema não é a existência do registro, indispensável à gestão pública, mas a possibilidade de o registro tornar-se finalidade em si mesmo e deslocar tempo de atividades pedagógicas, formativas e relacionais.

A revisão realizada por Garcia (2025) sintetiza cinco incidências recorrentes no trabalho de gestores: despreparo, facilidade, extensão da jornada, controle e burocratização. A coexistência desses aspectos impede conclusões simplistas. Uma mesma tecnologia pode facilitar o acesso a informações e, simultaneamente, ampliar a quantidade de dados exigidos; pode favorecer acompanhamento e, ao mesmo tempo, intensificar o controle; pode reduzir tarefas presenciais e prolongar a jornada por meio do acesso contínuo.

Carvalho e Loureiro (2021) formulam essa tensão ao questionarem se as plataformas informáticas representam modernização ou burocratização da organização escolar. A pergunta permanece atual porque a qualidade da digitalização depende de critérios de implementação. Sistemas concebidos sem diálogo com os usuários tendem a reproduzir lógicas administrativas externas ao cotidiano da escola, enquanto soluções construídas a partir das necessidades concretas podem apoiar processos decisórios sem substituir a interpretação profissional.

2.3 Métricas, avaliação e autonomia na produção do conhecimento

A cultura das métricas não se limita à gestão escolar. Na educação superior e na pós-graduação, indicadores de publicação, citação, impacto e visibilidade participam da avaliação institucional e das trajetórias acadêmicas. Neves (2026) argumenta, a partir dos Estudos CTS, que os sistemas de avaliação da ciência configuram aquilo que passa a ser reconhecido como conhecimento legítimo. Dessa perspectiva, medir não é uma atividade neutra, pois os critérios escolhidos valorizam determinadas formas de produção e tornam outras menos visíveis.

Ferreira, Torezzan e Schulz (2026), ao discutirem métricas e culturas acadêmicas, destacam a persistência de diferentes perfis de produção mesmo em contextos pressionados por padrões de convergência. O argumento reforça a necessidade de considerar a diversidade disciplinar e institucional. Áreas distintas produzem, comunicam e validam conhecimento por meios diferentes, o que limita a capacidade de um único indicador representar adequadamente sua contribuição.

No debate sobre o ciclo avaliativo 2025-2028, Neves e Marques (2026) registram a mudança do foco de classificação dos periódicos para a avaliação dos artigos, com maior presença de indicadores bibliométricos. Os autores interpretam criticamente essa transformação e alertam para possíveis impactos sobre periódicos nacionais, especialmente nas humanidades e em áreas nas quais a comunicação científica em português possui relevância social e acadêmica.

Beigel (2013) problematiza as relações entre centros e periferias na circulação internacional do conhecimento, enquanto Kreimer (2011) discute tensões da internacionalização da ciência latino-americana. Essas contribuições ajudam a compreender por que a adoção de métricas internacionais precisa ser acompanhada de

análise contextual. Indicadores podem oferecer informação útil, mas sua aplicação como critério dominante pode reduzir a pluralidade de temas, idiomas, formatos e públicos que caracterizam a produção científica.

3 Percurso metodológico

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e caráter analítico-interpretativo. A opção por esse percurso decorre do objetivo de compreender sentidos, tensões e efeitos atribuídos às plataformas e às métricas no campo educacional, sem pretensão de mensurar frequência de uso ou estabelecer relações causais.

O corpus principal foi constituído por dois conjuntos de publicações selecionados por sua aderência ao problema investigado. O primeiro corresponde ao artigo de Garcia (2025), publicado no Cadernos CEDES, que apresenta revisão sistemática da produção acadêmica nacional sobre tecnologias digitais e trabalho na gestão escolar. O segundo corresponde ao volume 6, número 1, do Boletim CTS em Foco (2026), dedicado à avaliação da CAPES segundo os Estudos CTS e composto por textos que discutem métricas, culturas acadêmicas, Qualis e tecnologias.

A leitura foi realizada em três movimentos. Inicialmente, foram identificados conceitos e problemas recorrentes relacionados à digitalização, como plataforma, sistema de informação, burocratização, controle, métrica e autonomia. Em seguida, os argumentos foram agrupados em três eixos: a) reorganização do trabalho por plataformas; b) transformação de práticas em dados e indicadores; c) efeitos sobre a autonomia profissional e institucional. Por fim, procedeu-se à análise articulada dos eixos, buscando aproximações e diferenças entre a gestão escolar e a avaliação da produção científica.

A análise também dialogou com estudos diretamente relacionados aos eixos investigados, entre eles Adrião e Domiciano (2020), Carvalho e Loureiro (2021), Chiarini et al. (2023), Lima (2021), Beigel (2013) e Kreimer (2011). Não foram produzidos dados empíricos com participantes, entrevistas ou questionários. As conclusões, portanto, referem-se ao diálogo entre as produções selecionadas e não devem ser generalizadas como descrição de todas as instituições educacionais.

4 Análise e discussão

4.1 Da ferramenta à infraestrutura: quando a plataforma reorganiza o trabalho

A leitura articulada das produções indica que as plataformas digitais ultrapassam a função de instrumentos acessórios. Quando se tornam obrigatórias para matrícula, frequência, registros pedagógicos, comunicação, relatórios e acompanhamento, passam a compor a própria infraestrutura do trabalho. Isso significa que indisponibilidades, regras

de acesso, campos obrigatórios e prazos definidos pelo sistema interferem diretamente na organização cotidiana.

Garcia (2025) mostra que as tecnologias de gestão estão amplamente incorporadas às redes estaduais e que muitas foram implantadas ainda nas primeiras décadas dos anos 2000. Essa permanência modifica a natureza do debate: já não se trata de decidir se a gestão será digital, mas de discutir como será digital, quem define os parâmetros, quais dados são solicitados e que efeitos essas escolhas produzem.

A integração pode favorecer a continuidade administrativa e o acesso a informações. Um sistema bem estruturado permite consultar históricos, acompanhar indicadores e reunir dados antes dispersos. Entretanto, a utilidade do recurso depende da correspondência entre a arquitetura tecnológica e as necessidades do trabalho real. Quando o profissional precisa duplicar registros, adaptar situações complexas a campos rígidos ou alimentar diferentes ambientes com informações semelhantes, a digitalização deixa de representar simplificação.

Nesse ponto, a noção de hiperburocratização de Lima (2021) ajuda a interpretar o fenômeno. A burocracia digital pode aumentar a capacidade de controle sem reduzir o volume de tarefas. O risco é que a qualidade do trabalho seja confundida com a completude dos registros, deslocando a atenção do processo educativo para a comprovação digital de que determinadas ações foram realizadas.

4.2 Métricas e indicadores: entre visibilidade, acompanhamento e redução da complexidade

No segundo eixo, destaca-se a crescente centralidade dos indicadores. Na gestão escolar, dados de frequência, rendimento, fluxo, avaliações e cumprimento de tarefas alimentam processos de acompanhamento. Na pós-graduação, citações, impacto, indexação e outros indicadores influenciam a avaliação da produção. Em ambos os casos, a métrica torna fenômenos comparáveis, mas essa vantagem metodológica vem acompanhada de uma perda: aspectos qualitativos e contextuais nem sempre cabem na unidade de medida escolhida.

Neves (2026) chama atenção para o caráter sociotécnico dos sistemas de avaliação, pois eles não apenas registram a realidade acadêmica, mas também interferem no comportamento das instituições e dos pesquisadores. Quando determinado indicador se torna decisivo, os sujeitos tendem a reorganizar estratégias para responder ao critério. O mesmo raciocínio pode ser aplicado à escola: aquilo que é exigido, registrado e monitorado tende a ocupar maior espaço na agenda de trabalho.

Ferreira, Torezzan e Schulz (2026) mostram que culturas acadêmicas distintas persistem apesar das pressões por convergência. Essa diversidade é um alerta contra a utilização de métricas homogêneas como representação total da qualidade. Na educação

básica, contextos escolares também são heterogêneos. Indicadores são necessários para planejamento e transparência, mas precisam ser interpretados à luz das condições locais, das características dos estudantes e dos objetivos pedagógicos.

A discussão de Neves e Marques (2026) sobre as mudanças no Qualis evidencia outra dimensão: métricas não são apenas técnicas de avaliação, mas mecanismos que distribuem reconhecimento. A escolha de publicar em determinado idioma, periódico ou formato pode ser influenciada pelos critérios de valorização. De modo análogo, sistemas de gestão podem privilegiar ações facilmente registráveis e deixar em segundo plano atividades relacionais, formativas e colaborativas que são fundamentais, embora menos quantificáveis.

4.3 Autonomia na cultura digital: critérios para uma incorporação responsável

A análise não sustenta uma oposição entre tecnologia e autonomia. O problema emerge quando a tecnologia substitui o julgamento profissional ou quando seus critérios são apresentados como inevitáveis. A autonomia, nesse contexto, não significa ausência de prestação de contas, mas capacidade de interpretar dados, justificar decisões e adaptar procedimentos às finalidades educacionais.

Uma incorporação responsável pressupõe formação. O despreparo aparece entre os tópicos identificados por Garcia (2025), indicando que a presença de sistemas não garante apropriação qualificada. Formação técnica é necessária, mas insuficiente. Gestores e demais profissionais precisam compreender também como os dados são produzidos, quem pode acessá-los, quais decisões são automatizadas ou induzidas e quais limites existem na interpretação dos indicadores.

Outro princípio é a participação dos usuários na avaliação das plataformas. Profissionais que alimentam os sistemas conhecem problemas de redundância, campos inadequados, prazos incompatíveis e funcionalidades pouco úteis. Incorporar essa experiência à governança tecnológica pode reduzir burocracias desnecessárias e aproximar o sistema das práticas institucionais.

No campo científico, a preservação da diversidade requer combinar indicadores com avaliação qualitativa. Beigel (2013) e Kreimer (2011) ajudam a compreender que circulação internacional e relevância local não são dimensões excludentes. Uma política de avaliação equilibrada precisa reconhecer diferentes formas de impacto, inclusive aquelas dirigidas a comunidades profissionais, sistemas educacionais e públicos nacionais.

Por fim, a transparência deve acompanhar qualquer sistema de avaliação ou gestão. Critérios, fórmulas, finalidades e formas de utilização dos dados precisam ser compreensíveis aos sujeitos afetados. Sem essa condição, plataformas e métricas podem adquirir aparência de neutralidade e esconder escolhas institucionais. A cultura digital

educacional torna-se mais democrática quando a tecnologia permanece submetida às finalidades pedagógicas e científicas, e não o contrário.

5 Considerações finais

A expansão das plataformas digitais e das métricas alterou de forma significativa a organização do campo educacional. Na gestão escolar, sistemas de informação passaram a mediar registros, acompanhamento e decisões. Na pós-graduação e na produção científica, indicadores orientam processos de avaliação e reconhecimento. Esses movimentos revelam que a digitalização não é apenas uma transformação de suporte, mas uma mudança nas formas de organizar, tornar visível e valorar o trabalho.

A literatura analisada mostra efeitos ambivalentes. Plataformas podem facilitar acesso a informações, integrar processos e apoiar decisões; ao mesmo tempo, podem ampliar a jornada, intensificar o controle e produzir novas camadas de burocracia. Métricas podem oferecer parâmetros de acompanhamento e comparação, mas também reduzir a complexidade de práticas educacionais e científicas quando utilizadas como representação suficiente da qualidade.

A questão decisiva, portanto, não está em rejeitar tecnologias ou indicadores, mas em examinar os critérios que orientam sua concepção e utilização. A formação dos profissionais, a participação na governança dos sistemas, a proteção da autonomia, a transparência dos critérios e a combinação entre evidências quantitativas e avaliação qualitativa aparecem como condições para uma incorporação mais responsável.

Conclui-se que a cultura digital exige uma gestão capaz de utilizar dados sem transformar o dado em finalidade. Na escola, isso significa preservar o tempo e o espaço do trabalho pedagógico, das relações e da decisão contextualizada. Na ciência, significa reconhecer que impacto e relevância não se esgotam em métricas bibliométricas. Em ambos os espaços, a tecnologia pode contribuir quando permanece a serviço de finalidades educacionais explicitamente debatidas e socialmente justificadas.

Como limite, este artigo baseia-se em revisão bibliográfica e em um corpus delimitado. Estudos futuros podem investigar empiricamente como gestores, docentes e pesquisadores percebem os efeitos de plataformas e métricas em suas rotinas, bem como comparar sistemas institucionais distintos. Essa aproximação permitiria compreender com maior precisão em quais condições a digitalização efetivamente reduz tarefas e em quais situações apenas transfere ou amplia a burocracia.

Referências

- ADRIÃO, T.; DOMICIANO, C. A. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. *Retratos da Escola*, v. 14, n. 30, p. 670-686, 2020. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1223.
- BEIGEL, F. Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 245, p. 110-123, maio-jun. 2013.
- CARVALHO, M. J.; LOUREIRO, A. As plataformas informáticas na organização escolar: modernização ou burocratização? *Revista Exitus*, Santarém, v. 11, n. 1, e020147, 2021.
- CHIARINI, T. et al. Plataformas digitais: mapeamento semissistemático e interdisciplinar do conhecimento produzido nas universidades brasileiras. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, 2023. DOI: 10.38116/td2829.
- FERREIRA, F. B.; TOREZZAN, C.; SCHULZ, P. A. Entre métricas e culturas acadêmicas: perfis de produção em uma universidade de pesquisa. *CTS em Foco*, v. 6, n. 1, 2026.
- GARCIA, T. Tecnologias digitais na produção acadêmica nacional: incidências sobre trabalho na gestão escolar. *Cadernos CEDES*, Campinas, v. 45, e294469, 2025. DOI: 10.1590/CC294469.
- GARCIA, T.; ADRIÃO, T. Privatização da gestão escolar no Brasil: controle digital e interesses corporativos. *Profesorado: Revista de Currículum y Formación del Profesorado*, v. 27, n. 1, p. 81-102, 2023. DOI: 10.30827/profesorado.v27i1.26245.
- KREIMER, P. Internacionalización y tensiones para un uso social del conocimiento científico latinoamericano. *Revue d'anthropologie des connaissances*, Paris, v. 5, n. 3, p. 683-707, 2011.
- LIMA, L. Prefácio. In: MEIRA, M. *Os labirintos da burocracia eletrônica: as plataformas eletrônicas na administração da educação*. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2017. p. 9-11.
- LIMA, L. Máquinas de administrar a educação: dominação digital e burocracia aumentada. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, e249276, 2021. DOI: 10.1590/es.249276.
- NEVES, F. M. A avaliação da pós-graduação brasileira sob o olhar dos Estudos CTS: apresentação. *CTS em Foco*, v. 6, n. 1, p. 7-10, jan.-mar. 2026.
- NEVES, F. M.; MARQUES, I. C. O fim do Qualis CAPES (ou mais um passo da administração da irrelevância). *CTS em Foco*, v. 6, n. 1, p. 41-47, jan.-mar. 2026.

OLIVEIRA, M.; CARELLI, R. L.; GRILLO, S. Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho. *Revista Direito e Práxis*, v. 11, n. 4, p. 2609-2634, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/50080.